



Esta obra foi criada a partir da constatação da necessidade de se consolidar, em um único local, o maior número de normas jurídicas possíveis que fundamentam o processo de contratação. Diante da grande quantidade de normas disponíveis, a cada formalização de processo, cabe ao gestor fazer uma grande caminhada em busca das fundamentações legais, diretrizes e entendimentos diversos, acarretando atrasos na efetivação da contratação seja por licitação ou por meio de uma contratação direta. Sem ter a pretensão de esgotar os assuntos, reunimos aqui, numa visão prática, todo o arcabouço de leis, decretos, instruções normativas, resoluções, portarias etc., que entendemos ser necessário ao gestor público na realização do processo, de forma que o gestor possa, de forma simples e objetiva, entender o rito processual, numa linguagem elaborada por pessoas que detêm conhecimentos específicos sobre o assunto.

Assim, após reunir tais normas aliadas aos entendimentos emanados pelos órgãos de controle e doutrina, buscamos demonstrar questões importantes do processo, a exemplo da inexequibilidade dos preços, sempre voltada para uma visão sistêmica. E mais uma vez atribuímos o sucesso desta obra à linguagem utilizada, que, por vezes, pela simplicidade, pode se tornar óbvia e necessária, assim como devem ser a interpretação e a aplicação da legislação.

Autores

Antonieta Pereira Vieira
Henrique Pereira Vieira
Madeline Rocha Furtado
Monique Rafaella Rocha Furtado

GESTÃO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito Ambiental. Direito Municipal. Direito Financeiro. Direito Trabalhista. Direito Tributário. Administração (Logística). Tecnologia da Informação. Direito Privado (Empresarial/Comercial).

Público-alvo/consumidores

Administração Pública nas três esferas. Gestores, pregoeiros, consultores e assessores jurídicos, responsáveis pelas aquisições públicas, demandantes e auditores. No setor privado, fornecedores para o Governo Federal. Advogados.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10000740

G393

Gestão de contratos de terceirização na Administração Pública: teoria e prática/Antonieta Pereira Vieira; Henrique Pereira Vieira; Madeline Rocha Furtado; Monique Rafaella Rocha Furtado; prefácio: Toshio Mukai, Rogério Santanna. – 6ª edição revista e ampliada.– Belo Horizonte: Fórum, 2015.

519 p. : il.

ISBN 978-85-450-0028-0

1. Terceirização – Brasil. 2. Administração Pública – Contratação – Brasil. 3. Despesa pública – Brasil. 4. Execução orçamentária – Brasil. I. Vieira, Antonieta Pereira. II. Vieira, Henrique Pereira. III. Furtado, Madeline Rocha. IV. Furtado, Monique Rafaella Rocha. V. Mukai, Toshio. VI. Santanna, Rogério.

CDD: 342.066

CDU: 351.712(81)

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

VIEIRA, Antonieta Pereira et al. Gestão de contratos de terceirização na Administração Pública: teoria e prática. 6. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015. 519 p. ISBN 978-85-450-0028-0.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS E PLANILHAS.....	17
PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO	
Toshio Mukai.....	19
PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO	
Renato Geraldo Mendes.....	21
PREFÁCIO.....	25
INTRODUÇÃO.....	27
CAPÍTULO 1	
TERCEIRIZAÇÃO.....	33
1.1 Terceirização na Administração Pública – Exame da legalidade.....	35
1.1.1 Nasce uma nova política no Governo Federal.....	41
1.2 A terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).....	45
1.3 Contratos de serviços terceirizados.....	46
1.4 Terceirização lícita.....	48
1.5 A questão do vínculo empregatício.....	52
1.6 Responsabilidade subsidiária.....	55
1.7 A responsabilidade solidária.....	56
1.8 Como evitar a subordinação e a pessoalidade dos terceirizados.....	58
1.9 A responsabilidade e a criação da conta vinculada.....	61
1.10 Contratação de serviços continuados por meio de cooperativas.....	69
CAPÍTULO 2	

PROCESSO ORÇAMENTÁRIO QUE ANTECEDE AS FASES

DA DESPESA PÚBLICA.....	77
2.1 Instrumentos de planejamento.....	78
2.2 Elaboração do Plano Plurianual (PPA).....	79
2.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	81
2.4 Lei Orçamentária Anual (LOA).....	83
2.5 Aprovação do decreto de programação orçamentária e financeira.....	85
2.6 As fases da despesa pública.....	86
2.6.1 O que é o empenho de despesa?.....	87
2.6.2 A liquidação da despesa.....	88
2.6.3 Pagamento da despesa.....	89
2.6.4 O que são restos a pagar?.....	90
CAPÍTULO 3	
PROCESSO DE EXECUÇÃO DA DESPESA PÚBLICA.....	91
3.1 Execução orçamentária e financeira.....	91
3.2 Fases do processo licitatório.....	93
3.2.1 Fase interna/preparatória.....	95
3.2.1.1 Início do processo licitatório.....	96
3.2.1.2 Planejando a licitação de acordo com o objeto.....	100
3.2.1.2.1 Base legal de contratação pelo RDC:.....	102
3.2.1.2.2 Aspectos inovadores do RDC.....	103
3.2.1.3 Definição do objeto da contratação e suas características.....	104
3.2.1.4 Plano de Trabalho.....	113
3.2.1.5 Correlação entre o Plano de Trabalho, previsto na IN MPOG/SLTI nº 02/2008, e a IN MPOG/SLTI nº 04/2010 (serviços de tecnologia da informação) e suas alterações.....	114
3.2.1.6 O Acordo de Nível de Serviços (ANS).....	129
3.2.1.7 Comparação entre a IN MPOG/SLTI nº 02/2008 (serviços contínuos ou não) e IN MPOG/SLTI nº 04/201 e alterações posteriores.....	132
3.2.1.8 Projeto Básico.....	142
3.2.1.9 Projeto Executivo.....	152
3.2.1.10 Termo de Referência.....	156
3.2.1.10.1 Termo de Referência ou Projeto Básico conforme a IN SLTI/MP nº 04/2014 (TI).....	158
3.2.1.11 Pesquisa de preços.....	160
3.2.1.11.1 Considerações importantes que poderão refletir na fase interna do processo.....	172
3.2.1.12 Vantajosidade da proposta/preço.....	175
3.2.1.13 Regime de execução (direta ou indireta).....	179
3.3 Das modalidades de licitação na forma da Lei nº 8.666/93.....	180
3.4 Autorização da abertura do processo licitatório.....	185
3.5 Elaboração do ato convocatório (edital ou convite).....	186
3.5.1 Casos de dispensa e inexigibilidade da Lei nº 8.666/93.....	194
3.5.2 Anexos do ato convocatório.....	207
3.5.3 Análise jurídica.....	207
3.5.4 Quanto tempo leva a fase interna do processo licitatório?.....	209

3.6 Fase externa.....	210
3.6.1 Prazos de impugnação do edital.....	210
3.6.2 Publicação e prazos dos atos convocatórios.....	212
3.6.3 Formas de divulgação das licitações.....	213
3.6.4 Procedimentos subsequentes.....	218
3.6.4.1 A regularidade fiscal da microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP).....	219
3.6.5 Sessão pública/Lei nº 8.666/93.....	220
3.6.5.1 Procedimentos da Comissão Permanente de Licitação e da Comissão Especial de Licitação.....	220
3.6.6 Modalidade de licitação denominada pregão.....	223
3.6.6.1 Sessão pública do pregão eletrônico.....	225
3.6.6.2 Sessão pública do pregão presencial.....	228
CAPÍTULO 4	
CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	231
4.1 Contratos.....	231
4.2 Contrato administrativo.....	232
4.2.1 Características dos contratos administrativos.....	232
4.3 Obrigatoriedade da Administração firmar contratos.....	233
4.4 Compra com entrega imediata e integral.....	234
4.5 Conteúdo dos contratos.....	234
4.6 Cláusulas dos contratos.....	235
4.6.1 Cláusulas exorbitantes.....	236
4.7 Modificação unilateral.....	236
4.8 Modificação por acordo das partes.....	240
4.8.1 Reequilíbrio econômico-financeiro.....	241
4.8.2 Repactuação.....	243
4.8.3 Reajuste.....	245
4.9 Rescisão unilateral.....	247
4.9.1 Rescisão amigável.....	250
4.9.2 Formalização processual da rescisão.....	251
4.10 Aplicação das sanções administrativas.....	254
4.11 Competência para aplicação das sanções.....	256
4.12 Duração dos contratos administrativos.....	257
4.12.1 A prorrogação dos contratos e a Instrução Normativa/MPOG/ SLTI nº 06/2013.....	258
4.13 Prorrogação de contrato de serviços continuados após 60 meses.....	260
4.14 Contrato emergencial.....	260
4.15 Instrumentos utilizados na alteração dos contratos.....	262
4.16 Pagamento da despesa.....	262
4.17 Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) – O que é?...	266
CAPÍTULO 5	
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP).....	271
5.1 Base legal do Sistema de Registro de Preços (SRP).....	272
5.2 O que é o sistema de registro de preços?.....	273
5.3 Aplicação do SRP.....	275
5.4 Características.....	277

5.5 Definições dispostas no decreto regulamentador.....	278	
5.6 Aplicação do decreto.....	280	
5.7 Síntese de procedimentos.....	281	
5.7.1 Operacionalização.....	281	
5.8 Gerenciamento do SRP.....	291	
5.9 Cuidados na adesão pelo carona.....	295	
5.10 Gestão – Um problema crônico.....	303	
CAPÍTULO 6		
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS		
ADMINISTRATIVOS.....	315	
6.1 Gestão e fiscalização dos contratos.....	315	
6.1.1 Diferenças entre fiscalização e gestão.....	317	
6.2 Atribuições e níveis de responsabilidades da gerência de contratos.....	323	
6.3 Pontos de cautela/contratos especiais que envolvam mão de obra.....	325	
6.4 Atuação do gestor/fiscal de contratos.....	328	
6.5 Algumas jurisprudências do TCU sobre o assunto.....	331	
CAPÍTULO 7		
MINUTA DE NORMA DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS.....		335
7.1 A garantia.....	341	
7.2 Do recebimento.....	345	
7.3 Da liquidação e do pagamento da despesa.....	348	
7.4 Procedimentos necessários para a contratação e acompanhamento do contrato.....	349	
7.5 Para os contratos de tecnologia da informação (TI).....	354	
7.6 Requisitos para efetuar os pagamentos dos contratos continuados com dedicação exclusiva de mão de obra.....	355	
7.7 Exigências quando do pagamento dos contratos que não envolvam mão de obra.....	358	
CAPÍTULO 8		
A INEXEQUIBILIDADE DOS PREÇOS.....		367
8.1 Considerações gerais.....	367	
CAPÍTULO 9		
A COMPOSIÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....		381
9.1 Considerações gerais.....	381	
9.2 Salários e remuneração.....	388	
9.3 Hora extra ou hora suplementar.....	402	
9.4 Trabalho noturno.....	407	
9.5 Adicional de periculosidade.....	411	
9.6 Adicional de insalubridade.....	412	
9.7 Outros adicionais.....	416	
9.8 Reserva técnica – Histórico.....	416	
9.9 Planilha com todos os itens que compõem o salário e adicionais.....	421	
9.10 Encargos sociais e trabalhistas.....	426	

9.10.1 Encargos do antigo Grupo A ou submódulo 4.1 da IN nº 02/2008.....	428
9.10.1.1 Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).....	429
9.10.1.2 Serviço Social da Indústria (SESI).....	434
9.10.1.3 Serviço Social do Comércio (SESC).....	434
9.10.1.4 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).....	435
9.10.1.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).....	435
9.10.1.6 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).....	435
9.10.1.7 Salário-educação.....	436
9.10.1.8 Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).....	437
9.10.1.9 Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) ou antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT/INSS) – 1%, 2% ou 3%.....	439
9.10.1.10 Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).....	442
9.10.1.11 Planilha com todos os itens que compõem o antigo Grupo A ou submódulo 4.1 da IN nº 02/2008.....	444
9.10.2 Encargos do antigo Grupo B ou atuais submódulos 4.2 e 4.5 da IN nº 02/2008.....	447
9.10.2.1 Férias.....	448
9.10.2.2 Auxílio-doença ou ausência por doença – Submódulo 4.5 da IN nº 02/2008.....	450
9.10.2.3 Licença-paternidade/maternidade – Submódulo 4.5 da IN nº 02/2008.....	452
9.10.2.4 Faltas legais ou ausências legais – Submódulo 4.5 da IN nº 02/2008.....	453
9.10.2.5 Acidente de trabalho ou ausência por acidente de trabalho – Submódulo 4.5 da IN nº 02/2008.....	455
9.10.2.6 Aviso prévio ou aviso prévio trabalhado – Submódulo 4.4 da IN nº 02/2008.....	456
9.10.2.7 13º salário – Submódulo 4.2 da IN nº 02/2008.....	459
9.10.2.8 Planilha com todos os itens que compõem o antigo Grupo B ou atual submódulo 4.2 e 4.5 da IN nº 02/2008.....	460
9.10.3 Encargos do antigo Grupo C ou submódulo 4.4 da IN nº 02/2008 – Provisão para Rescisão.....	462
9.10.3.1 Aviso prévio indenizado ou submódulo 4.4 da IN nº 02/2008... ..	462
9.10.3.2 Indenização adicional.....	464
9.10.3.3 Indenização (rescisões sem justa causa) ou submódulo 4.4 da IN nº 02/2008.....	465
9.10.3.4 Planilha com todos os itens que compõem o antigo Grupo C ou submódulo 4.4 da IN nº 02/2008 – Provisão para rescisão....	468
9.10.4 Encargos do antigo Grupo D – Equivale às incidências previstas no submódulo 4.1 da IN nº 02/2008 sobre as verbas salariais do antigo grupo B.....	468
9.10.5 Insumos ou insumos diversos – Módulo 3 da IN nº 02/2008.....	473
9.10.5.1 Insumos da mão de obra ou benefícios mensais e diários do Módulo 2 e 3 da IN nº 02/2008.....	474
9.10.5.1.1 Uniformes – Módulo 3 da IN nº 02/2008.....	474

9.10.5.1.2 Vale-alimentação ou auxílio alimentação – Módulo 2 da IN nº 02/2008.....	474
9.10.5.1.3 Vale-transporte – Módulo 2 da IN nº 02/2008.....	476
9.10.5.1.4 Treinamento.....	478
9.10.5.1.5 Seguro de vida – Módulo 2 da IN nº 02/2008.....	479
9.10.5.1.6 Assistência médico-odontológica – Módulo 2 da IN nº 02/2008.....	480
9.10.5.1.7 Insumos diversos – Módulo 3 da IN nº 02/2008.....	480
9.10.5.1.8 Manutenção e depreciação dos equipamentos – Módulo 3 da IN nº 02/2008.....	481
9.10.5.1.9 Demais componentes.....	482
9.10.5.1.10 Despesas operacionais ou custos indiretos – Módulo 5 da IN nº 02/2008.....	482
9.10.5.1.11 Lucro – Módulo 5 da IN nº 02/2008.....	483
9.11 Tributos – Módulo 5 da IN nº 02/2008.....	484

CAPÍTULO 10

AS ALTERAÇÕES INSERIDAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS PELO ESTATUTO DA MICROEMPRESA E

EMPRESA DE PEQUENO PORTE499

10.1 Das aquisições públicas..... 502

CAPÍTULO 11

COMENTANDO O DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO

DE 2010511